



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 4.050, DE 5 DE SETEMBRO DE 2008.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO DE Nº. 3.261, DE 28 DE JUNHO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DO BIODIESEL NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 107 da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 1101-2499/2008,

DECRETA:

Art. 1º O art. 4º, *caput*, §§ 1º e 6º, e o art. 5º, *caput*, do Decreto nº. 3.261, de 28 de junho de 2006, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 4º O Comitê Gestor Estadual será composto por representantes da administração do Governo do Estado e por representantes de instituições parceiras, signatárias de convênios específicos e/ou outros instrumentos legais cabíveis. A presidência e vice-presidência serão ocupadas pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Estado do Planejamento e do Orçamento.” (NR)

§ 1º Cada instituição membro do Comitê Gestor designará 2 (dois) representantes, devendo qualificar o titular e o suplente.” (NR)

(...)

“§ 6º Fazem parte do Comitê Gestor do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas, representantes dos órgãos da Administração Pública Estadual e das seguintes instituições parceiras: (NR)

I – Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento – SEPLAN/AL; (NR)

II – Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAGRI/AL; (NR)

III – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AL; (NR)

IV – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; (NR)

V – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL; (NR)

VI – Universidade Federal de Alagoas – UFAL; (NR)

VII – Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; (NR)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

VIII – Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação – SECTI/AL; (NR)

IX – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística – SEDEC; (NR)

X – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; (NR)

XI – Banco do Brasil S/A; (NR)

XII – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA; (NR)

XIII – Banco do Nordeste do Brasil – BNB/S.A; (NR)

XIV – Óleos Vegetais de Alagoas – OLEAL; (NR)

XV – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas – FAEAL; e (NR)

XVI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Alagoas – FETAG.” (AC)

“Art. 5º A Coordenação do Programa do Biodiesel do Estado de Alagoas – PROBIODIESEL/AL será exercida, conjuntamente, pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento – SEPLAN, pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAGRI e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AL.” (NR)

Art. 2º Ficam acrescentados ao Decreto nº 3.261, de 28 de junho de 2006, o § 7º ao art. 4º e o art. 5º-A:

“§ 7º A instituição cujos representantes não comparecerem, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões seguidas ou 3 (três) intercaladas do Comitê Gestor, no período de 1 (um) ano, será desligada do programa, mediante comunicação formal.” (AC)

(...)

“Art. 5-A Sem prejuízo das atividades conjuntas das Instituições Coordenadoras Executivas Estaduais do PROBIODIESEL/AL, que sempre buscará a conjugação de esforços, que podem ser expressos na forma de convênios entre as partes e em prol do Programa, cada Coordenação terá atribuições específicas, com a ciência e colaboração das demais. (AC)

§ 1º Compete à SEPLAN: (AC)



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

I – A articulação das ações de pesquisa, instalações de plantas piloto, laboratórios, sistemas de controle de qualidade de interesse do Programa e de diversificação das fontes de matéria-prima para biocombustíveis, desenvolvidas por instituições parceiras a exemplo da UFAL, UNEAL, EMBRAPA, FAPEAL e outras; e (AC)

II – A articulação das ações de políticas de preços mínimos, contratação de compra e venda de produtos, identificação de fontes financiadoras, promoção de incentivos fiscais e estabelecimento de fundo de reserva para o programa, desenvolvidas por instituições parceiras como SEFAZ, SEDEC e outras. (AC)

§ 2º Compete à SEAGRI: (AC)

I – A prestação de assistência técnica e atividades de capacitação às famílias participantes do programa, por si ou por meio de instituições credenciadas e ainda a produção e/ou aquisição e distribuição de sementes e mudas de oleaginosas para uso no programa; e (AC)

II – A elaboração de projetos técnicos para agricultores familiares e suas cooperativas, para apresentação às linhas de crédito, notadamente PRONAF, disponíveis no sistema bancário e ainda a emissão da Declaração de Aptidão – DAP aos interessados na produção e efetivação dos contratos de venda dos produtos. (AC)

§ 3º Compete ao SEBRAE: (AC)

I – A capacitação, por meio de cursos específicos e assessoria gerencial, dos dirigentes e técnicos dos empreendimentos interessados na organização da base de produção, na venda coletiva e no beneficiamento da matéria-prima dos agricultores familiares inseridos no programa; e (AC)

II – A contratação de serviços de consultoria eventualmente necessários ao andamento do Programa e o acompanhamento físico-financeiro e avaliação periódica do andamento das atividades do programa, utilizando-se das ferramentas técnico-administrativas cabíveis.” (AC)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 5 de setembro de 2008,
191º da Emancipação Política e 120º da República.

TEOTONIO VILELA FILHO
Governador

Este texto não substitui o publicado no DOE do dia 8.09.2008.